

IMPASSES E PERSPECTIVAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA PÚBLICA DE 1ª E 2ª GRAUS¹

Vânia Rubia Farias Vlach²

"A educação tem conexões fundamentais com a idéia de emancipação humana, embora esteja em constante perigo de ser capturada para outros interesses. Em uma sociedade desfigurada pela opressão de classes, pela opressão sexual e racial, e em perigo crônico de guerra e destruição ambiental, a única educação digna desse nome é aquela que forma pessoas capazes de tomar parte em sua própria liberação. O negócio da escola não é propaganda. É equipar as pessoas com o conhecimento, as habilidades e conceitos relevantes para a reconstrução de um mundo perigoso e desordenado". (Connell, R.W. et alii, 1982).

Efetuoando um balanço preliminar de nosso trabalho, nos últimos três anos, junto aos professores de Geografia de 1º e 2º graus, podemos afirmar logo de saída que esta experiência explicita, de um lado, que reduzido percentual de profissionais incorporou as preocupações de fazer da aula de Geografia um momento de reflexão acerca das relações sociais que explicam o espaço de seu cotidiano e do país como um todo, e, por outro, que concepções tradicionais dessa ciência ainda estão arraigadas na prática didático-pedagógica.

Entendemos que é a partir das observações acima, sem dúvida pouco animadoras, que podemos equacionar as ambigüidades e contradições de uma disciplina escolar inúmeras vezes apontada como responsável pela compreensão da sociedade contemporânea em escala de mundo, como se isto fosse possível nos mesmos termos da Geografia do século XIX! E também porque a sua emergência como ciência no

* Texto apresentado e publicado nos Anais do I Encontro Estadual dos Profissionais de Geografia, realizado em Uberlândia, M.G., de 09 a 12 de junho de 1989.

** Professora do Dep. de Geografia da UFU.

século passado não pode ser explicada como algo linear; pelo contrário, ambigüidades e contradições caracterizaram, e de maneira singular, a institucionalização da Geografia.

Assim, parece-nos que a tentativa de eliminação do contexto histórico em que afloraram - e continuam se desenrolando - os "novos traços" dos caminhos atualmente trilhados pela Geografia merece maior atenção nas discussões que fazemos a respeito do conteúdo programático da disciplina na escola de 1º e 2º graus. E quando falamos em contexto histórico, é preciso aclarar que as mudanças aqui presentes e as dificuldades de toda ordem que cercam a sua implantação se relacionam com o movimento da sociedade brasileira como um todo, por sua vez parte da moderna sociedade capitalista, por sinal uma parte sob a hegemonia de relações de poder estabelecidas pelos EUA (não obstante sua crise interna) no mundo inteiro.

Sem a consideração de tais relações, ficamos quase que totalmente impossibilitados de compreender, por exemplo, que as mudanças são, cada vez mais, indispensáveis à permanência da Geografia na grade curricular, pois o espaço geográfico que aí está, como produto histórico que é por excelência, não pode ser explicado somente e com base na observação, no mapeamento e na descrição de fenômenos sociais e naturais do território brasileiro. É preciso, pois, explicar por que, como, quando tal território tomou a configuração que todos conhecemos, o que exige o trabalho de avançar além do exposto em programas curriculares, livros didáticos, etc... A contradição, então, está posta: a Geografia da compartimentação do país em bases físicas, população, economia não responde aos impasses de um Estado que, pelo montante de sua dívida externa (cerca de US\$ 120 milhões) está interessado em saber como auferir maiores lucros na exploração de recursos naturais já identificados, usando uma mão de obra remunerada muito precariamente, o que exige a operação ideológica de transformação do aparecer social no próprio ser, isto é, a *mani-*

festação dos fenômenos passa a esconder o processo que os explica. Exemplo significativo é o recente discurso oficial "Nossa Natureza" é intocável, e as imagens que a publicidade veicula nos meios de comunicação, embora até mortes e atentados à vida humana hajam atingido os que se propuseram a estabelecer uma relação de respeito à natureza, em sua luta pela sobrevivência.

Em que medida tais contradições são abordadas ou não na instituição escola? De que forma? Pensamos que devemos assinalar uma ambigüidade inicial: por razões de natureza diversa, os vários técnicos da Secretaria de Estado da Educação acabaram percebendo a necessidade de ampla reformulação curricular, dada a inevitável constatação de uma distância absoluta entre a Geografia da sala de aula e o mundo extra-muros da escola. Propiciaram, pois, a partir do segundo semestre de 1986, no âmbito das Delegacias Regionais de Ensino do Estado, discussão entre professores de cada disciplina da grade curricular do ensino de 1º e 2º graus, um dos desdobramentos do "Plano Mineiro de Educação", desencadeado em 1983, e cujo resultado final deveria ser a elaboração de sugestões de conteúdo programático para cada disciplina, com o que o "programa oficial" até então vigente desapareceria. Deixamos de lado a consideração das motivações reais da Superintendência Educacional, e tentemos discutir um pouco a atuação dos docentes de Geografia, aspecto mais importante, pelo menos a nosso ver.

É evidente que um reduzido percentual desses profissionais já realizava experiências diferentes de como trabalhar a Geografia, pois a insatisfação com os temas, método e técnicas tradicionais fê-los caminhar na direção de um trabalho pedagógico comprometido com o espaço-tempo de sua existência, na concepção de que o professor é sujeito do processo ensino-aprendizagem. Mais do que isso: ao criar condições para que os alunos, sujeitos potenciais, se apropriassem do conhecimento científico produzido na Geografia e o reelaborassem, no sentido de que aquilo podia contribuir para explicar o seu bairro, a sua cidade, a sua região, o seu país, o mundo (em suas

relações e interrelações), a aula de Geografia deixou de ser encarada como cansativa, chata, dispensável . . . A grande maioria, porém, continuou entendendo que lhe cabia transmitir conhecimentos, ainda que defasados e/ou alheios ao próprio país, e aceitando que entre os alunos predominassem grande insatisfação e desmotivação.

De maneira bastante resumida, nem todas as Delegacias Regionais de Ensino entenderam que os regentes da disciplina deveriam expor suas idéias, sugerir propostas, e não propiciaram o contato destes com elementos de sua equipe técnica; em algumas Delegacias os professores decidiram não participar da elaboração de um novo programa, por razões que cumpre avaliar.

Um percentual deveras reduzido de professores, em algumas Delegacias Regionais, perguntava-se por que deveria sujeitar-se às diretrizes da Secretaria de Educação, cujo objetivo último, afirmavam, era a imposição de um novo "programa oficial", que se encarregaria de tornar a sua disciplina útil ao Estado, e, nessa medida, poderia inclusive representar uma ameaça ao trabalho crítico que desenvolviam junto aos alunos, fruto de uma árdua luta, às vezes solitária. Tal entendimento não deixava de incluir preocupações altamente pertinentes, mas, por outro lado, passou por cima do seguinte fato: ao recusar-se, formal ou informalmente, a participar do processo, tais professores permitiram maior controle deste por parte da Superintendência, e empobreceram as discussões do grupo que, premido pelo princípio de não contestação da autoridade do Estado, ou por interesses pessoais, ou pela esperança de disseminar algumas mudanças de sua ciência no bojo da rede, ou pelo desinteresse, etc, aceitou trabalhar no sentido da elaboração de uma sugestão curricular para os 1º e 2º graus. E, assim, o quadro de ambigüidades foi-se ampliando, tanto porque a participação dos professores foi muito desigual no todo do Estado de Minas Gerais, mas principalmente porque alguns reivindicavam uma proposta aberta, de maneira que não se corresse o risco de acabar desembocando em mais um "programa oficial".

Várias questões podem ser, portanto, levantadas. A evidência histórica de que o ensino de Geografia serviu à constituição e à consolidação desta máquina poderosa chamada Estado-nação, através da inculcação da ideologia do nacionalismo patriótico via rede pública de escolas, deve impedir-nos de procurar concretizar um trabalho de contra-hegemonia, isto é, de crítica interna dos fundamentos da cultura institucionalizada? Ou, em outras palavras, a escola só serve para reproduzir os interesses dominantes? Se uma contra-hegemonia pode ocorrer nos limites da escola, por que não tentar fazê-la emergir nos órgãos técnicos da Secretaria, aproveitando uma das raras oportunidades que esta ofereceu aos professores? Não seria possível engrossar a débil fila dos que desejavam mesmo mudanças nos conteúdos de Geografia e na prática dos professores no conjunto da rede? Afinal, qual é a oportunidade que crianças, adolescentes e jovens das classes trabalhadoras têm, no sentido do acesso à linguagem e outros instrumentos mínimos mas indispensáveis a sua inserção em nossa sociedade, fora da escola pública? Entendamo-nos: esta postura não endossa a concepção de que a escola (e/ou o trabalho) garante "sucesso na vida", nos termos da ideologia burguesa do esforço individual que, por sua vez, desemboca na ideologia do progresso, mas aceita que as classes trabalhadoras têm direito à (e necessidade de) educação e, certamente mais importante, têm o direito de se fazerem ouvir, isto é, de participarem efetivamente da luta pela adequação entre realidade-escola.

As questões acima não se traduziram por fortes polémicas no conjunto de professores e técnicos, principalmente pela pequena participação dos primeiros em suas Delegacias Regionais. A polémica, porém, foi intensa nos momentos finais do processo, ocorridos em Belo Horizonte, quando ficou claro que o impasse todo dizia respeito exatamente à educação enquanto elemento constituinte das relações sociais de poder (isto é, o político no sentido amplo), mas este só conseguiu traduzir-se timidamente sob a forma das dificuldades teórico-metodológicas intrínsecas a nossa disciplina. E, infelizmente, o conjun-

to de profissionais como um todo não acompanhava o debate, de maneira que ficavam patentes as diferentes concepções de Geografia, rotuladas segundo dois grandes grupos: a Tradicional e a Crítica. Como seria de se esperar, alguns argumentos relativos às dificuldades que os professores no Estado inteiro enfrentariam em seu trabalho, caso temas da chamada Geografia Crítica fossem sugeridos como conteúdos programáticos, consistiam no "como fazer isto" sem novos livros didáticos, prontos para serem utilizados; outros não aceitavam a existência de relações (diretas e mediadas) entre os novos temas propostos e o método dialético. De uma certa maneira, reais dificuldades teórico-metodológicas foram colocadas ao lado do comodismo do professorado, habituado a receber conteúdos prontos, sempre encontrados nos livros didáticos. Daí insistirmos que uma questão de fundo transcendia o conteúdo programático: a do significado político da educação e, conseqüentemente, o papel do ensino de Geografia na sociedade brasileira contemporânea.

Como não havia clareza a este respeito, e já existia um esboço de proposta, resultante da penúltima fase do processo, no interior de uma perspectiva que não aceitava uma não-conclusão dos trabalhos, as sugestões finalmente elaboradas indicam flagrantes discrepâncias entre o 1º e o 2º graus e entre as várias séries, seja quanto a um maior ou melhor detalhamento; quanto à inclusão de temas cuja raiz mostra uma confusão entre os pressupostos teóricos das chamadas Geografia Tradicional e Geografia Crítica e principalmente quanto às observações de caráter metodológico. Entre estas, gostaríamos de destacar as seguintes:

- 1) As relações sociedade e natureza foram reduzidas ao "binômio sociedade e natureza", ou "binômio natureza e sociedade". Reduzidas por quê? Porque a Geografia pretende explicar o espaço geográfico, qualquer que seja a sua escala. Ora, com raríssimas exceções, a superfície do planeta vem sendo transformada de uma tal maneira que, pelo menos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, pode-se afirmar tranqüilamente que

relações entre diferentes grupos sociais a partir da apropriação da natureza produzem e reproduzem o espaço inúmeras vezes. Como produto histórico, e como condição para implantação de outros projetos políticos, o espaço (a natureza finalmente dominada) é objeto de práticas sociais, das quais o desdobramento atual mais importante é a degradação da "morada do homem", dado o objetivo de tal apropriação (a acumulação do capital). A sociedade é, sem-dúvida, o sujeito; um sujeito internamente diferenciado e contraditório; o espaço (a natureza) é o objeto em que chegam a se fundir, sem se misturarem, determinações da sociedade e mecanismos da natureza, o que aclara porque sua abordagem é complexa, e é preciso estar atento para não se incorrer no equívoco de pensar o espaço como sujeito. Não é a cidade de São Paulo que controla o país, mas são os interesses das classes sociais dominantes desta metrópole que explicam a hegemonia (dominação) no conjunto do mesmo (e não se pode ignorar o seu atrelamento ao grande capital industrial-financeiro internacional!). Assim, trata-se de relações, não de um binômio, e de relações entre um sujeito e um objeto distintos: a sociedade e a natureza, respectivamente. E nunca é demais acrescentar que, no caso da Geografia, e das demais ciências ditas humanas, a sociedade é, simultaneamente, sujeito e objeto do conhecimento, do social-político; afinal, pesquisadores se debruçam sobre outros grupos/classes sociais, isto é, outros sujeitos que, naquele momento, são o objeto de sua reflexão. Este traço é intrínseco à sociedade capitalista desde fins do século XVIII e início do século XIX, quando, nas palavras do filósofo Michel Foucault, *"o que mudou (. . .), e sofreu uma alteração irreparável foi o próprio saber como modo de ser prévio e indiviso entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento (. . .)"*.

- 2) A afirmação de que o trabalho é o elemento essencial das relações sociedade-natureza é pertinente, mas não conviria à Geografia, hoje mais do que nunca, preocupar-se em situar politicamente o trabalho social que

produz e reproduz o espaço geográfico, qualquer que seja? Um exemplo: a Europa Ocidental transformou-se, novamente, em um "canteiro de obras", das quais a construção de um túnel sob o Canal da Mancha permitirá a realização de velho sonho - ligar em cerca de três horas as duas metrópoles européias, Londres e Paris. Queremos chamar a atenção para o fato de que este trabalho é uma resultante de um projeto político: o da constituição da "Europa 1992", a estratégia que o chamado Velho continente definiu tendo em vista recuperar a sua tradicional hegemonia no mundo. Acreditamos, assim, que é preciso atentarmos para o seguinte: o trabalho que responde pela produção/reprodução do espaço quase sempre é submetido pela *teia* do político, este entendido na acepção do poder como relações sociais indeterminadas que poderão, ou não, ser o fundante de uma sociedade a ser construída. Esta concepção ampla do político também inclui a análise das práticas e dos mecanismos institucionalizados pelo Estado, mas recusa-lhe a condição de único pólo e/ou do pólo mais importante das relações de poder, inclusive no seio da sociedade capitalista. Se não levarmos em conta a política, incorremos no equívoco de uma análise "economicista" do espaço, e perdemos o seu significado estratégico que, até pouco tempo atrás, era monopólio exclusivo dos aparelhos de Estado. O geógrafo Yves Lacoste tem, portanto, razão quando afirma que é preciso "*saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para saber ali combater*". Todavia, não confundamos Geografia Política, que aborda relações de poder da sociedade e entre sociedades, aí incluídos os micropoderes e o macropoder do Estado em suas relações de confronto, de contradição, de complementaridade ou não, etc., com Geopolítica, que está sempre atrelada a um aparelho de Estado, e constitui a sua estratégia por excelência, pois traça as ações políticas que o interessam, seja à escala interna (o espaço nacional) ou a sua posição externa frente aos demais Estados.

3) A análise das relações sociedade-natureza, que passa pelo trabalho, mas que é "enriquecida" pela incorporação do político permite avançar na direção da compreensão do que é mais conhecido como questão ecológica. Parece-nos muito improvável fugir de uma abordagem funcionalista da degradação do espaço geográfico sem a consideração dos interesses políticos que têm determinado uma apropriação desenfreada dos recursos naturais. O desmatamento que se acentua na Amazônia, por exemplo, não é uma decorrência das relações entre os seus grupos sociais e a natureza, mas de uma política que ordenou a sua ocupação, a pretexto de defendê-la do invasor estrangeiro, para dela retirar o que vai ao encontro dos interesses do mercado internacional, defendidos exaustivamente pelos que, internamente, definem as regras do jogo econômico, justificando-se atrás dos discursos nacionalistas de "honrar a dívida externa" e de "promover o desenvolvimento das regiões carentes". O equacionamento da questão ecológica não significa preservar a natureza de qualquer transformação dos grupos sociais - impossibilidade já registrada pela História -, mas exige a definição de uma política econômica que garanta a sobrevivência humana sem a dilapidação total dos elementos que a natureza nos fornece. Aqui também preocupa-nos muito o seguinte: a ciência vigente está tão impregnada pela lógica do desenvolvimento capitalista que a questão ecológica reclama um redirecionamento do conhecimento científico como um todo (ou seja, não bastam técnicas alternativas), o que não o joga por terra (não há como e nem porque negar o seu significado fundamental para a civilização humana), mas exige o seu comprometimento com os "deserdados" pelo processo histórico. Do contrário, apenas fortalecer-se-á um dos ramos mais recentes da produção: a indústria de equipamentos anti-poluidores, que admitimos como *um* dos elementos constitutivos da temática, mas não como sua solução. De que vale despoluir o Tâmis, o Sena se prosseguem o complexo militar-armamentista, que poderá conduzir ao extermínio da civilização, e a miséria de milhões que o capitalismo deserdou em sua

expansão pela superfície inteira do planeta?

Queremos enfatizar que estas questões metodológicas, cruciais para a Geografia na escola de 1º, 2º e 3º graus, para a pesquisa e para a atuação de seus técnicos, só não se transformam em meras abstrações, em meros raciocínios especulativos na medida em que são tratadas também na dimensão que as associa ao político, respeitando-se a autonomia do saber. Muito provavelmente esta observação é mais pertinente na escola de 1º e 2º graus, deteriorada a tal ponto que aqueles que nela trabalham perderam, muitas vezes, até o sentido de sua atuação lá dentro. Assim, nunca é demais lembrar que a escola pode, e deve, socializar o conhecimento científico acumulado historicamente, mas não este conhecimento em si mesmo, pois isto equivaleria a reproduzir os interesses daqueles que fizeram da ciência a principal "musa" do capital, mas porque a sua compreensão aponta para outra direção: a *emancipação* de todos os dominados, que é um complexo processo de natureza política. E que permitirá fazer de Geografia um saber comprometido com os "deserdados", de maneira que os conteúdos programáticos de 1º e 2º graus, a partir da aceitação deste compromisso por parte de seus profissionais, sofram verdadeiras mudanças que possam implantar-se, então, plenamente, pois resultam de professores que vêem a si próprios como seres políticos que estabelecem relações entre o método de abordar a realidade que os circunda e o ato político de ensinar, sem se deixarem levar por propostas mais ou menos "progressistas" de uma Superintendência Educacional, pois saberão trabalhar a ambigüidade de, dentro dela, articularem caminhos independentes, e, por fim, saberão trabalhar as contradições entre defesa da ecologia, desenvolvimento do complexo estatal-industrial-armamentista, classes sociais e seus movimentos, movimentos sociais populares, equacionando na sua prática as ambigüidades e contradições de nossa disciplina.